

07 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

Impasse entre réus e MP marca início de interrogatórios na Publicano 4

Principal delator do esquema de corrupção na Receita Estadual, Luiz Antonio de Souza acusa o Ministério Público de "investigação seletiva"; advogados defendem anulação da denúncia.

Edson Ferreira
Reportagem Local

No primeiro dia de interrogatórios dos réus na ação penal da Operação Publicano 4, o principal delator da suposta organização criminosa existente na Receita Estadual, Luiz Antonio de Souza, partiu para o ataque contra o Ministério Público (MP), do Paraná, nessa segunda-feira (6). Diante do juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, Souza acusou o MP de fazer "investigação seletiva", porque não teria, segundo ele, apurado com o mesmo rigor todos os fatos delatados em seus depoimentos.

Souza, que continua preso porque teria quebrado o acordo de colaboração firmado com o MP (leia box), alegou que somente responderia as perguntas específicas sobre os fatos elencados nos autos após a apresentação integral dos vídeos de seus depoimentos dados na fase investigatória. "Quero que

venham a público os vídeos. Se não tiver as gravações aqui, depois (o MP) vai dizer que estou mentindo." A irmã dele, Rosângela Semprebom, adotou a mesma postura de não responder sobre o teor das acusações quando chamada para o seu interrogatório e reforçou o ataque ao MP. "Várias vezes fui ouvida sem a presença do meu advogado e nunca ninguém me informou que os depoimentos não estavam sendo gravados." Rosângela também fez acordo de delação com o MP. A primeira fase da Publicano resultou em condenação de 42 réus, em primeiro grau.

A promotora de Justiça, Leila Schimit, confirmou que não houve gravações de todos os depoimentos referentes à Publicano 4 e que todos os demais vídeos já estão juntados nos processos. "O Ministério Público reafirma a sua ética e lealdade processual. Todos os depoimentos colhidos foram assinados pelo réu colaborador, pelo seu advogado e o Ministério Público

não está sonegando informações nem provas." Ela reconheceu que faltou aparato técnico para realizar algumas etapas. "Não era, naquele momento, possível fazer todas as gravações dentro da nossa estrutura", disse Leila em entrevista coletiva, na saída do Fórum Criminal, explicando, ainda, que a gravação em vídeo não é obrigatória.

Diante do impasse, advogados dos demais réus – na Publicano 4, são 110 réus ao todo – pediram a palavra para alegar "ilicitude de provas" e "necessidade da anulação da denúncia". Um defensor chegou a evocar exame de sanidade mental para Luiz Antonio de Souza, pedido rechaçado pelo próprio advogado do delator, Eduardo Duarte Ferreira.

CONTINUA

Ferreira insistiu na tese de que existem gravações não apresentadas e requisitou ao juiz a suspensão da audiência por dois dias para que o material fosse trazido. "Nem tudo o que Luiz Antonio disse está (transcrito) certo na denúncia." O advogado afirmou que autoridade com prerrogativa de foro, citada por Luiz Antonio, "sequer foi registrada em algum documento, por quê isso?". Nestes casos, quando há referências às autoridades com foro durante investigações, o MP deve enviar a parte específica do material para a Procuradoria de Justiça, que atua junto ao Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná.

Para Ferreira, "é inconcebível que o Ministério Público não tenha aparelho suficiente para gravar depoimento de um delator, na maior delação do Paraná". Juliano Nanuncio deve decidir até a tarde desta terça-feira (7) sobre os requerimentos. "Várias questões suscitadas se referem à continuidade ou não das audiências, portanto, vou analisar todos os pedidos", disse o magistrado à FOLHA. Não estão previstos interrogatórios para hoje.

O CASO

A Publicano 4 foi deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) em 3 de dezembro de 2015. Dos 110 réus, 47 são auditores. O Ministério Público (MP) narrou 103 fatos criminosos, incluindo 53 de corrupção passiva tributária; 43 fatos de corrupção ativa; quatro de falsidade ideológica; dois de concussão; além do crime de formação de organização criminosa. Esta fase da Operação é dirigida à apuração de

fatos que teriam ocorrido entre 2008 e 2014, como liberação de créditos devidos e a não realização de fiscalização adequada, em que os fiscais deixavam de autuar empresas ou emitiam autos simbólicos de pequeno valor contra estabelecimentos que pagavam propina, dando a elas "quitação fiscal".

"Se não tiver as gravações aqui, depois (o MP) vai dizer que estou mentando", disse Luiz Antonio de Souza ao juiz Juliano Nanuncio, sobre vídeos que não teriam sido apresentados pelo MP à Justiça

Delator nega quebra de acordo

O ex-auditor da Receita Estadual e principal delator do suposto esquema de corrupção envolvendo auditores e empresários, a partir da delegacia do órgão, em Londrina, Luiz Antonio de Souza, reclamou ao juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, que teria sido "induzido ao erro" pelo Ministério Público (MP).

Souza deveria deixar a prisão no mês de julho do ano passado, mas o acordo foi rescindido a pedido do MP, que apontou reincidência criminosa do delator. De dentro da cadeia, ele teria praticado, com a ajuda de parentes e de colegas de cadeia, novos crimes, como extorsão e lavagem de dinheiro e, para isso, teria formado e comandado uma organização criminosa. Ele teria extorquido empresário do setor de abate de porcos para não revelar ao MP o "esquema bilionário" de sonegação fiscal do grupo.

O advogado do réu, Edu-

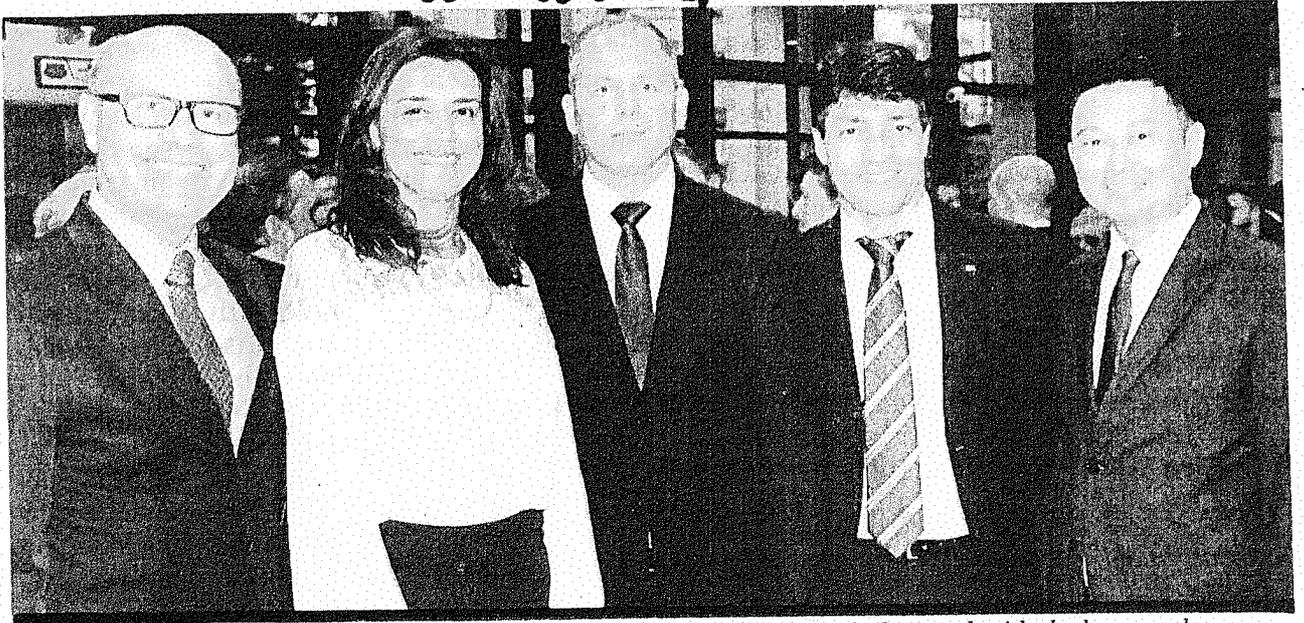
ardo Duarte Ferreira, disse que o cliente estava cobrando dívidas de um empréstimo. "Luiz Antonio disse para o promotor várias vezes que estava fazendo cobrança, mas a pergunta que foi feita era se os cheques eram de propina ou de cobrança. Ele já falou um milhão de vezes que agiotava e respondeu que eram cobranças de crédito, o MP disse que poderia continuar cobrando e depois veio com a denúncia."

De acordo com a promotora de Justiça, Leila Schimit, "o réu terá o direito de apresentar a sua versão, o Ministério Público entende que houve a prática de crime, que houve sonegação de fatos que ele deveria ter relatado desde o momento em que foi firmado o acordo de delação". O juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, rescindiu o acordo envolvendo Souza e o MP no mês de junho de 2016. (E.F.)

07 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

OSWALDO MILITÃO



O vice-presidente da OAB-Londrina, Paulo Maeda, representou a entidade na solenidade de posse da nova diretoria do Tribunal de Justiça do Paraná, gestão 2017-2018. Além de Maeda, vários advogados da cidade e também o presidente de Caixa de Aposentadoria e Assistência da Ordem estadual, Artur Piancastelli, prestigiaram o evento. Como se sabe, o TJ paranaense tem agora como presidente o desembargador Renato Braga Bettega, como primeiro vice o desembargador Arquelau Araújo Ribas e como segunda vice a desembargadora Lidia Matiko Maejima. Na Corregedoria Geral de Justiça, o desembargador Rogério Nielsen Kanayama, Mário Helton Jorge como corregedor, e a desembargadora Lenice Bodstein na ouvidoria geral. Para o advogado Paulo Maeda, os dois vice-presidentes do TJP, Arquelau Araujo Ribas e Lidia Maejima, que foram juízes na comarca de Londrina vários anos, conhecem bem as necessidades do Judiciário local, e poderão contribuir muito para ajudar na solução de eventuais problemas, como a falta de serventuários em alguns cartórios do Fórum, a modernização dos equipamentos e mobiliários, além da construção tão necessária do prédio para abrigar as Varas Criminais.

07 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

Indicado para o STF, Moraes será revisor da Lava Jato no plenário

Ministro da Justiça terá de revisar as ações penais que forem julgadas no pleno que envolvem presidentes da República, do Senado ou da Câmara

Breno Pires, Rafael
Moraes Moura
e Isabela Bonfim
Agência Estado

Brasília - O porta-voz da Presidência da República, Alexandre Parola, anunciou oficialmente nessa segunda (6) a indicação do ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, ao Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente Michel Temer decidiu indicá-lo à vaga que era ocupada por Teori Zavascki, morto em um acidente aéreo no dia 19. A escolha de Moraes ganhou força no fim de semana, superando o favorito até então, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Filho, agora cotado para assumir a pasta ocupada por Moraes. Nos bastidores, Moraes recebeu respaldo de líderes partidários no Congresso e de ministros do próprio STF.

Se tiver aprovada no Senado a nomeação como novo ministro do STF, Alexandre de Moraes será o revisor dos processos relacionados à Operação Lava Jato no plenário da Corte. Como tal, terá o papel de revisar as ações penais que forem julgadas

no pleno - que são, especificamente, aquelas envolvendo presidentes da República, do Senado ou da Câmara.

O Regimento Interno do STF prevê, no artigo 24, que "será revisor o ministro que se seguir ao relator na ordem decrescente de antiguidade". Como o relator da Lava Jato, Edson Fachin, foi o último ministro a entrar no STF, o novo se torna o revisor automaticamente, no pleno. No entanto, por fazer parte da Primeira Turma, o novo ministro não será o revisor em relação à maioria dos processos, que são restritos à Segunda Turma.

Como não há, na Segunda Turma do STF, um ministro indicado mais recentemente do que o relator Edson Fachin, o revisor na turma será o decano da Corte, ministro Celso de Mello.

O revisor, de acordo com o artigo 25 do Regimento Interno do STF, também tem como atribuições "sugerir ao Relator medidas ordinatórias do processo que tenham sido omitidas", "confirmar, completar ou retificar o relatório" e "pedir dia para julgamento dos feitos nos quais estiver habilitado a proferir voto".

No caso do mensalão (Ação Penal 570), o relator era Joaquim Barbosa, e o revisor, Ricardo Lewandowski. Os dois ministros tiveram uma série de divergências e embates no curso da ação penal. Pela ordem de votação, em ações penais, o revisor é o segundo a votar, em seguida ao relator.

VOTAÇÃO NO SENADO

De acordo com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), a votação em plenário da indicação de Moraes deve acontecer, no mais tardar, em três semanas.

O candidato a ministro do Supremo precisa ser sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de sua indicação ser votada pelo plenário. Eunício pretende instalar a comissão até quarta-feira (8), quando o presidente do colegiado já indicaria um relator para a avaliação de Alexandre de Moraes.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

O relator deve entregar parecer na quarta-feira seguinte e conceder vista coletiva aos demais membros da comissão. Assim, a discussão seria retomada na próxima reunião da CCJ, em 22 de fevereiro, quando os senadores já realizariam a sabatina e votação da indicação de Moraes para o STF.

Como presidente do Senado, Eunício já se comprometeu a trazer a votação da indicação de Moraes para análise do plenário no mesmo dia em que sair da CCJ. Ele lembrou que o presidente da CCJ, que ainda não foi indicado, pode acelerar esse trâmite convocando reuniões extraordinárias. "Teremos uma definição, no mais tardar, em três reuniões da CCJ", garantiu.

O líder do governo no Congresso, senador Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que o presidente Michel Temer decidiu indicar Moraes após uma análise técnica de seu currículo. "Moraes é um jurista referenciado, inclusive bibliograficamente. Ele tem uma natureza de formação que vem do Ministério Público, passou por vários setores do Judiciário e é um nome preparado para assumir o Supremo", defendeu.

O senador afirmou que é natural que a oposição tente politizar a indicação do nome de Moraes, mas que a decisão será tomada após "profunda sabatina" na CCJ. Moraes é filiado ao PSDB e foi indicado pelo partido para assumir o Ministério da Justiça.

Na USP, Moraes perdeu concursos e foi acusado de defender tortura

Thais Bilenky
Folhapress

São Paulo - Escolhido para o Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Alexandre de Moraes (Justiça) perdeu concurso de professor titular da USP para o seu possível colega Ricardo Lewandowski, foi reprovado por uma examinadora na livre-docência e é acusado por alunos de ter relativizado a tortura em sala de aula. Ele nega. À época, em 2004, disse que introduziu questionamentos teóricos comuns e teve a fala distorcida. "O histórico acadêmico e profissional do ministro demonstram sua incansável luta contra a tortura, tanto em seus livros, quanto nos cargos que ocupou", disse sua assessoria, em nota.

O ministro da Justiça afirmou ainda que "a alegação de ter defendido tortura foi considerada absurda na época por todos os alunos efetivamente presentes a aula". Ao longo de sua trajetória, a faceta política e a acadêmica se encontraram. Admiradores, inclusive da própria Faculdade de Direito, afirmam que Moraes é prodigioso e bem articulado.

Derrotas em concursos são relativamente comuns, ponderam. Os três docentes e quatro ex-estudantes ouvidos pela reportagem não quiseram ser identificados.

'É ADMISSÍVEL TORTURAR'

A vida universitária de Alexandre de Moraes já começou agitada. Ele perdeu o concurso de ingresso na USP para Virgílio Afonso da Silva, hoje professor titular da faculdade. Então professor de cursinho, tentou novamente e conseguiu. Pouco depois, uma aula para o quinto ano, em 2004, reverberaria em Brasília. No curso, o professor introduziu uma discussão retórica sobre o uso da tortura para obtenção de informação sensível. "Sabendo-se que há uma bomba em plena praça São Pedro, por onde passará o papa, e é preso um terrorista que se recusa a falar onde ela está", introduziu Moraes. "No limite, é admissível a obtenção de informação mediante tortura a fim de evitar a morte das pessoas na praça?", continuou.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA 07 FEV 2017

CONTINUAÇÃO

“Sendo um dos integrantes de um grupo de sequestradores detidos pela polícia e estando a vítima ainda em poder dos demais, no limite é admissível torturar o detido a fim de que se descubra o local em que a vítima e os demais sequestradores se encontram?”, acrescentou. À época, o teor da fala do professor causou alvoroço entre estudantes.

Acionado, o Centro Acadêmica XI de Agosto publicou uma nota contra o professor. O documento chegou ao Senado e, no ano seguinte, seu conteúdo foi debatido na Comissão de Constituição e Justiça durante a sabatina de Moraes para o Conselho Nacional de Justiça. O candidato se defendeu, dizendo que os alunos tiraram os pontos de interrogação ao final de seus questionamentos e distorceram sua fala. “Nada justifica a quebra de qualquer inviolabilidade de qualquer liberdade pública, porque isso poderia gerar inúmeros abusos”, reagiu, na sabatina.

Dois alunos que estavam na sala, ouvidos pela reportagem na condição de terem a identidade preservada, disseram que Moraes não apresentou argumentos contrários à tortura como método de investigação. Por isso, causou o turor. Uma semana depois da sabatina, o plenário do Senado vetou o seu nome para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Mas, em movimento que foi visto como manobra do PSDB e PFL (hoje DEM), partidos aos quais Moraes é ligado (hoje é filiado ao primeiro), a Casa voltou a examinar sua indicação e a aprovou.

NOTA ZERO

Moraes já foi comparado a outros ministros do tribunal. Ele perdeu o concurso de professor titular para Ricardo Lewandowski, em 2003. Ficou em quarto e último lugar, com nota 8,66, enquanto o vencedor obteve 9,82. Na prova de livre-docência, em 2002, outra polêmica. A examinadora Odete Medauar deu nota zero ao postulante. Ela entendeu que a tese de Moraes não tinha consistência teórica, segundo lembram docentes da faculdade. À reportagem, a professora disse que a tese estava, “vamos dizer assim, deixando a desejar. Mas isso não significa que o professor Alexandre não tenha competência”. “Ele tem competência para exercer tanto o seu cargo atual quanto para qualquer outro”, afirmou Medauar. A média geral de Moraes na livre-docência, contabilizadas as notas dos outros quatro examinadores, foi 7,08. A mesma banca deu notas 9,7 e 9,6 aos outros dois candidatos que prestaram o concurso junto com Moraes.

DEFESA

A assessoria do ministro disse, sobre a polêmica da tortura, que “essa falsa notícia foi abordada durante sabatina que o aprovou no CNJ, em 2005, e totalmente descartada”. “Quando secretário de Justiça e presidente da Febem [hoje Fundação Casa], Alexandre de Moraes foi responsável pela prisão em flagrante de 30 monitores da instituição por agressão e tortura de menores, demonstrando na prática o que sempre defendeu na teoria.”

Reportagem do jornal “O Estado de S. Paulo” dessa segunda-feira (6) afirma que, em sua tese de doutorado, Moraes defendeu que o presidente da República não possa indicar ao Supremo quem exerce cargos de confiança, como é o seu caso, para evitar “demonstração de gratidão política”.

MILITÃO

Sinal Verde

O ministro Alexandre de Moraes obteve “sinal verde” dos ministros do STF ouvidos pelo presidente Michel Temer. Até ontem à tarde, ele estava praticamente escolhido para substituir o falecido Teori Zavascki. Temer agora procura, entre outros seus aliados, o novo nome para o Ministério da Justiça.

07 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Temer cede a partidos e indica ministro da Justiça ao STF

Escolha foi selada após conversa do presidente com Gilmar Mendes

Pesaram o trânsito de Alexandre de Moraes no Senado e a chance remota de riscos na sabatina da CCJ

GUSTAVO URIBE
CAMILA MATTOSO
DE BRASÍLIA

O presidente Michel Temer cedeu à pressão do PMDB e do PSDB e indicou o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, 49, para o STF (Supremo Tribunal Federal). Partidos da base do governo no Congresso pressionavam nos bastidores por uma indicação de alguém com trânsito político.

A escolha contrasta com as primeiras manifestações reservadas de Temer e aliados sobre o perfil que teria o substituto de Teori Zavaski, morto em um acidente aéreo no dia 19: alguém discreto, apartidário e, de preferência, integrante de tribunal superior.

A indicação foi selada na noite de domingo (5) após encontro de Temer com o ministro Gilmar Mendes, do STF, no Palácio do Jaburu. Desde o começo das discussões sobre o substituto de Teori, Mendes foi consultado.

“As sólidas credenciais acadêmicas e profissionais do Doutor Alexandre de Moraes o qualificam para as elevadas responsabilidades do

cargo de Ministro da Suprema Corte do Brasil”, diz a nota da Presidência.

Ao escolher Moraes, Temer levou em conta sobretudo o trânsito dele no Senado e a chance remota de correr risco na sabatina da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa, que precisa cancelar a indicação da Presidência. Na avaliação do Planalto, um nome sem influência política poderia correr riscos no colegiado.

Moraes terá de deixar o PSDB, partido o qual é filiado, para assumir a vaga.

Nesta segunda, em uma troca de mensagens pelo telefone celular, ele avisou uma pessoa, durante cerimônia no Planalto, que seria indicado pelo presidente.

“Hoje, lá pelas 19h00, o Presidente indicará meu nome para a vaga do Supremo Tribunal Federal. Se Deus quiser, em pouco tempo”, diz trecho digitado pelo ministro, cuja imagem foi registrada pela **Folha**.

Para garantir a aprovação ainda em fevereiro, Temer se reuniu nesta segunda (6) com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e com o líder do governo no Congresso, Romero Jucá (PMDB-RR).

A expectativa do Planalto é de que o nome seja aprovado na penúltima semana do mês, respeitando o prazo regimental de quinze dias entre a indicação e a sabatina, tempo que costuma ser utilizado pelo escolhido para fazer campanha entre os integrantes da comissão.

Logo após a indicação ao STF, Moraes anunciou uma licença de 30 dias do cargo de ministro da Justiça.

Em textos acadêmicos, Moraes já condenou o foro privilegiado, pois entende que os tribunais superiores não foram estruturados para produzir provas em ações penais.

Também já criticou a indicação de candidatos ao STF por critérios políticos. De acordo com reportagem de “O Estado de S. Paulo”, em tese de doutorado apresentada na Faculdade de Direito da USP, em 2000, ele defendeu que fossem vedados ao STF os que exercem cargos de confiança durante o mandato do presidente da República em exercício. Por esse critério, ele próprio estaria impedido.

Moraes é um dos 89 autores de livro sobre Direito Constitucional lançado em 2012 pelo presidente da Fiesp, Paulo Skaf, em homenagem a Michel Temer.

CONTINUA

07 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

NOVO MINISTRO DO STF

Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes ocupará lugar de Teori Zavascki



CONTINUAÇÃO

Antes de assumir a Secretaria da Segurança do governo de SP, foi advogado do deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), preso na Lava Jato, em processo sobre uso de documento falso. A ação penal foi arquivada em 2014 pelo Supremo, por insuficiência de prova.

RESISTÊNCIA

A indicação foi criticada por senadores da oposição. Cristovam Buarque (PPS-DF) disse que “o momento vai exigir reação da CCJ”. Para o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), a indicação “atende a interesses políticos”.

Crise
carcerária

Como ministro da Justiça, esteve no centro da crise carcerária que resultou na morte de mais de 130 detentos em janeiro de 2017. O governo foi criticado porque teria demorado a reagir para conter as rebeliões no país

Lava Jato

Em setembro, o ministro sugeriu a integrantes do Movimento Brasil Limpo conhecer os próximos passos da Lava Jato: “Quinta teve uma [etapa], sexta teve outra, nesta semana vai ter mais”, afirmou. Dias depois, a PF prendeu Antonio Palocci

sigilo de
dados

Na Secretaria de Estado da Segurança Pública, travou embate judicial com a **Folha**, que pedia o acesso de registros policiais usados como base dos balanços mensais das estatísticas criminais do Estado de São Paulo

Movimentos
sociais

Como Secretário da Segurança Pública de São Paulo, acumulou atritos com movimentos sociais, como o MPL (Movimento Passe Livre), que o acusavam de truculência policial e de reprimir com excesso de força manifestações

vida
acadêmica

Hoje professor da USP, Moraes teve vida acadêmica conturbada: em 2004, foi acusado por alunos de relativizar tortura; dois anos antes, reprovado na livre-docência. Em 2003, foi preterido em concurso de professor que aprovou Ricardo Lewandowski

CONTINUA

07 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Nomeação pode ter impacto sobre a LavaJato

MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

A indicação de Alexandre de Moraes para o Supremo não deve afetar diretamente a Lava Jato porque ele não vai para a turma que analisa essa investigação. Mas ele atuará em disputas que podem ter impacto no futuro da operação, como o entendimento de que um condenado deve começar a cumprir a pena a partir de decisão da segunda instância.

O procurador Deltan Dallagnol, coordenador da Lava Jato em Curitiba, manifestou essa preocupação em um texto publicado no Facebook nesta segunda (6), antes de a notícia de Moraes se tornar pública.

Sem citar nomes, o procurador afirma que o novo ministro do Supremo pode ter um “forte impacto” no futuro da operação.

Em 2016 o Supremo decidiu essa questão por um placar apertado: foram seis votos a favor do cumprimento a partir da segunda instância e cinco contra. O ministro Teori Zavascki, morto no último dia 19, votou a favor.

O novo ministro poderia mudar esse placar. Moraes, porém, já disse ser favorável à prisão na segunda instância no livro “Direitos Humanos Fundamentais”.

No ano passado, o PEN (Partido Ecológico Nacional) e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) ingressaram com ações para que a prisão só ocorra quando forem esgotados todos os recursos.

Dallagnol defende que, se esse entendimento voltar, a Lava Jato não será a mesma. Para ele, com a prisão na segunda instância, os criminosos de colarinho branco devem ir para a cadeia entre quatro e seis anos após o início do processo. Já com as quatro instâncias, a prisão demoraria décadas, segundo ele.

A preocupação de Dallagnol é que os réus terão alternativa à delação se a norma for alterada: “Por que [o réu] vai entregar crimes, devolver valores e se submeter a uma pena se pode escapar da Justiça?”.

Moraes será o revisor da Lava Jato no plenário do Supremo. São eventuais ações contra o presidente da República e os presidentes da Câmara e do Senado.

07 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Presidente escolhe jurista criado na política

Temer acenou com indicação ao Supremo a Alexandre de Moraes ao convidá-lo para integrar o governo, em 2016

Moraes conta com o suporte de PMDB, PSDB e DEM no Senado; trajetória acadêmica deu a ele apoio no STF

DANIELA LIMA
THAIS BILENKY
DE SÃO PAULO

Alexandre de Moraes ainda era secretário de Segurança de São Paulo quando o então vice-presidente, Michel Temer, o procurou, em abril de 2016. O celular de Marcela, hoje primeira-dama, havia sido clonado. Um homem acessara seus e-mails e fotos íntimas e pedia dinheiro para não espalhar os dados.

Moraes tratou de tudo pessoalmente, com discrição. Em cerca de 40 dias, prendeu o responsável. Nenhum detalhe vazou. Deu a Temer demonstração cabal de que merecia seu voto de confiança.

Os dois já conviviam havia mais de 20 anos. Conheceram-se na seara acadêmica, mas se aproximaram com a política. Em sua trajetória, Moraes sempre fez questão de alinhar as duas correntes.

Promotor de carreira, primeiro galgou espaços no universo acadêmico. Fez especializações, doutorado. Escreveu livros de Direito Constitucional renomados. Depois, advogado, projetou-se como conselheiro de políticos e grupos influentes.

Temer sempre teve lugar de destaque nas relações que Moraes gosta de alardear. Ele

devota amizade a outros nomes, como o governador Geraldo Alckmin (SP). No PSDB, se aproximou recentemente do chanceler José Serra e do senador Aécio Neves (MG), mas é alckmista.

Será indicado ao STF (Supremo Tribunal Federal) com o apoio de ao menos três partidos: PMDB, DEM e PSDB — hoje ele é tucano, mas já foi filiado às outras duas siglas.

Na outra frente, a dedicação à academia o aproximou de nomes como os ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski, do STF. Foi, inclusive, para Lewandowski que perdeu um concurso de professor titular da USP.

No magistério, protagonizou polêmica ao ser acusado por alunos de ter relativizado a tortura em sala de aula. Ele nega e diz que sua fala foi tirada de contexto.

Apesar do bom trânsito no Supremo, havia um obstáculo a ser vencido. Para ser indicado, Moraes precisava da chancela de Gilmar Mendes.

Presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) — onde corre uma ação que pode cassar o mandato de Temer — e membro do STF, Mendes se tornou figura central na escolha do nome para o Supremo.

Por vezes, foi apresentado por peemedebistas como um modelo a ser seguido: “um jurista criado na política”.

Moraes é a tentativa de Temer de repetir esta fórmula. Alçado à Presidência, Temer o convidou para ser ministro.

Ele titubeou: via chances de disputar a prefeitura de São Paulo ou o governo do Estado, com o apoio de Alckmin.

Temer lançou um argumento infalível. Disse que conhecia o sonho de Moraes de ser ministro do STF e concluiu: “Ninguém chega lá sem passar por Brasília”.

Nomeado para a Justiça, Moraes foi acusado de não ter tido tato para o cargo. Antecipou uma ação da Lava Jato e, recentemente, foi criticado durante a crise carcerária.

Com a morte do ministro Teori Zavascki, submergiu. Foi blindado e abraçado pelo PMDB e pelo PSDB.

No último domingo (5), à noite, recebeu a ligação que tanto esperava. Era um colega da Esplanada. “O Michel te escolheu. Vai ser você.”

CONTINUA

07 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O SUPREMO STF tem ministros indicados por cinco presidentes diferentes

Atual presidente



Celso de Mello Marco Aurélio de Mello Gilmar Mendes Cármen Lúcia Ricardo Lewandowski Dias Toffoli*

Indicado por	José Sarney	Collor	FHC	Lula	Lula	Lula
Ano	1989	1990	2002	2006	2006	2009

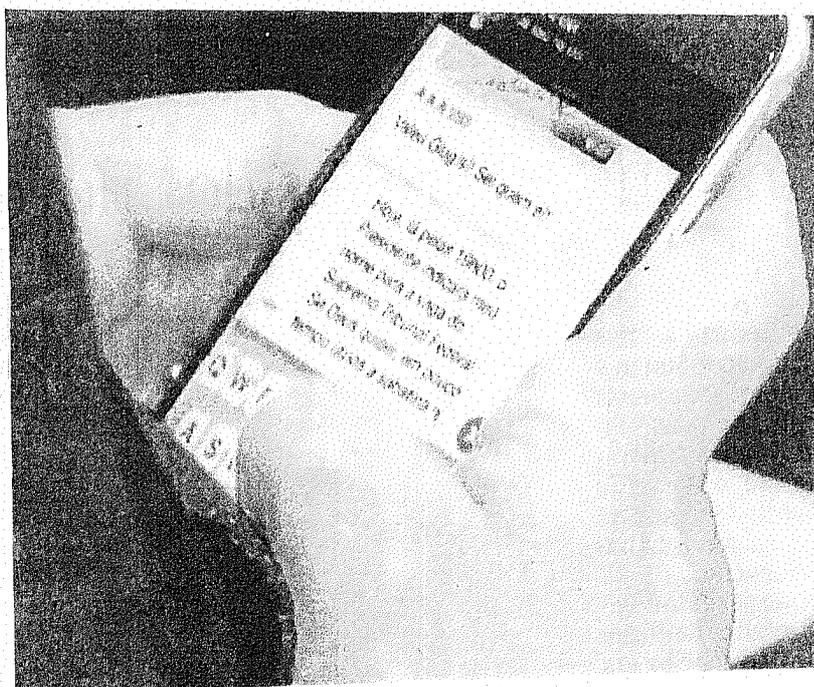


Rosa Weber Luiz Fux Luís Roberto Barroso Edson Fachin Alexandre de Moraes**

	Dilma	Dilma	Dilma	Dilma	Terner
	2011	2011	2013	2015	2017

*Foi filiado ao PT **Foi filiado ao PMDB e ao PSDB

➤ **HORAMARCADA**
Em mensagem de celular, Alexandre de Moraes confirma nomeação ao STF: 'Hoje, lá pelas 19h00, o Presidente indicará meu nome para a vaga do Supremo'



FOLHA DE S. PAULO

JULIANNA SOFIA

07 FEV 2017

Moraes, Moreira

BRASÍLIA - A indicação de Alexandre de Moraes para o Supremo Tribunal Federal deverá render um, dois meses de malhação pública para o presidente Michel Temer. Na álgebra do Palácio do Planalto, garantir um homem de confiança do peemedebista e de seus aliados na alta corte compensa algumas dúzias de vilipêndios em colunas e timelines. A depender da profusão do noticiário, em questão de dias o desgaste terá sido suplantado.

E afinal, qual o problema de escolher um político tucano, com verniz técnico, para a cadeira vaga do STF? Qual o desconforto em ver Gilmar Mendes pelos salões do Jaburu confabulando pelo nome de Moraes? O que há de suspeito em Renan Calheiros —que é réu no Supremo e ainda responde a oito inquéritos na Lava Jato— e a cúpula do Senado torcerem pelo ministro da Justiça?

Ora, com a substituição do relator morto Teori Zavascki pelo discreto Edson Fachin, Temer não ficou livre, leve e solto para indicar o novo integrante do tribunal sem ser censurado por influenciar nos rumos da investigação?

O enredo todo soaria menos estranho se há cinco dias o presidente não tivesse assegurado ao amigo Moreira Francó —citado 34 vezes por um delator da Odebrecht— espaço VIP em seu ministério. Com a manobra, o gestor do programa de concessões recebeu mais que um crachá oficial para desempenhar funções que de fato já exercia na Esplanada.

Moreira ganhou a proteção do foro privilegiado na mesma semana em que as 77 delações do “fim do mundo” foram homologadas pela ministra Cármen Lúcia.

Caberá agora ao próprio STF julgar se a tacada de Temer não foi um repeteco do episódio “Bessias”, quando a ex-presidente Dilma Rousseff nomeou Lula para a Casa Civil e foi acusada de tentar livrá-lo de uma possível prisão.

Poderá ser a primeira oportunidade para Moraes dar uma força para Moreira.

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Regressão à média

SÃO PAULO- Performances muito acima ou abaixo da média são por definição incomuns. Assim, quando alguém começa a agir surpreendentemente bem ou assustadoramente mal, o mais provável é que logo volte a seu desempenho típico. O nome do fenômeno é regressão à média.

Na vida prática ele nos leva a inferências incorretas, como supervalorizar o poder da punição e subestimar o do reforço positivo. O aluno mediano vai mal na prova e toma uma repreensão do professor. Como, no teste seguinte, o normal é o estudante voltar à nota mediana, o mestre achará que a bronca funcionou. Já o discípulo que se sai muito bem na avaliação será elogiado. Como dificilmente repetirá o desempenho, o professor concluirá que o incentivo de nada serviu. Nossas mentes ávidas por causalidade não processam bem a distribuição aleatória da sorte e do azar.

A administração Temer vive seus dias de regressão à média. Como se sabe, o governo é bom para angariar apoios no Congresso, não se destaca em pensamento estratégico e é um desastre quando precisa lidar com a opinião pública.

Por um instante, Temer pareceu ter quebrado os grilhões da mediocridade. Após a morte do ministro Teori Zavascki, ele jogou surpreendentemente bem. Era uma situação em que o presidente, que tem como principais assessores gente muito citada na Lava Jato, tinha tudo para enforçar-se. Mas, ao anunciar que esperaria o STF designar um novo relator para a matéria antes de nomear um substituto para Teori, fez uma jogada de mestre e evitou cair numa emboscada do destino.

A boa fase não durou. Temer voltou a ser ele mesmo e decidiu dar um cargo de ministro ao enroladíssimo Moreira Franco, blindando-o contra Moro na Lava Jato, e indicar Alexandre de Moraes para o STF, transferindo diretamente para a corte que poderá julgar atos de seu governo alguém que até ontem estava no governo.

É difícil transcender à própria natureza.

07 FEV 2017

07 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Grupo faz ato contra Moro em palestra nos EUA

Manifestantes tentam
impedir fala de juiz

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM
NOVA YORK

Um grupo de manifestantes tentou impedir a fala do juiz Sergio Moro, responsável pela Lava Jato na primeira instância, numa palestra em Nova York nesta segunda (6).

Moro foi o palestrante principal de um evento na Universidade Columbia que discutiu a governança e o combate à corrupção no Brasil. Ele foi aplaudido de pé por cerca de metade da plateia quando entrou na sala. Mas, logo depois, manifestantes tentaram impedir que ele falasse, acusando-o de ser "tendencioso" nos julgamentos.

"Moro, um juiz tão questionado, sendo legitimado aqui nessa universidade, é um insulto aos brasileiros", afirmou a ativista mineira Toya Mileno, 27, que deu início ao protesto.

"As pessoas têm a liberdade de expressão, de pensamento, mas às vezes são mal informadas", disse o juiz à imprensa, no fim do evento. Ele afirmou que a população acha seu trabalho "imparcial".

Moro aguardou no palco o grupo ser retirado pela polícia da universidade. Quando conseguiu falar, palestrou por mais de meia hora.

PAINEL

Espinhos O clima de disputa entre ministros do STJ favoreceu a escolha de Moraes. Para Temer, ao apontar um deles, acabaria criando um ambiente hostil com todos os outros candidatos.

Sinal verde Em meio à versão de que a indicação de Moraes não agradaria Carmen Lúcia, Celso de Mello telefonou a Temer com elogios ao então ministro da Justiça.

Dois em um A ida de Moraes para o STF alivia a vida de Geraldo Alckmin. O ministro era candidato à sucessão do governador em SP, o que podia complicar sua estratégia para atrair apoios em 2018.

66 tirroteio

Lotear os ministérios entre partidos já é um absurdo. Aceitar indicações partidárias para o Supremo é o absurdo do absurdo.

DO SENADOR JOSÉ REGUFFE (DF), que está sem filiação partidária, sobre a indicação do ministro Alexandre de Moraes para o Supremo Tribunal Federal.

07 FEV 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça decide a favor do governo na questão das aulas

Professores com mais tempo em sala terão direito de escolha

Decisão do desembargador Abraham Lincoln Calixto, do Tribunal de Justiça de Estado do Paraná (TJ-PR), restabeleceu nesta segunda-feira (06) os efeitos da Resolução 113/2017, que trata da distribuição de aulas no Estado para este ano letivo. O desembargador deferiu o pedido feito pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) de efeito suspensivo ao recurso anteriormente obtido pelo sindicato dos professores em relação à resolução.

Conforme a decisão, estão valendo os critérios da nova resolução para o professor da rede pública estadual pegar aulas extraordinárias. Antes, o professor tinha vantagem conforme o status na carreira. A partir de agora, com a resolução 113, a preferência é pelo professor que ficou mais tempo em sala, ou seja, tirou menos licenças. ■

07 FEV 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Michel Temer indica Alexandre de Moraes para o Supremo

Ministro da Justiça pode ocupar vaga de Teori Zavascki

Agência Brasil



O presidente Michel Temer indicou nesta segunda-feira (6) o atual ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). O anúncio foi feito pelo Palácio do Planalto por meio do porta-voz da Presidência, Alexandre Parola.

De acordo com Parola, o presidente decidiu submeter o nome de Moraes à aprovação do Senado tendo como base o seu currículo. "As sólidas credenciais acadêmicas e profissionais do dr. Alexandre de Moraes o qualificam para essa elevada responsabilidade no cargo de ministro da Suprema Corte no Brasil", disse o porta-voz.

Com a indicação, Moraes é o nome do governo para substituir o ministro Teori Zavascki, que morreu em um acidente aéreo em Paraty (RJ) no último dia 19 de janeiro. Para assumir a vaga, ele precisa antes ser sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e, depois, aprovado pelos senadores. ■



Moraes é contestado por vários setores do Direito

07 FEV 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Em meio a protestos, Moro fala da Lava Jato nos EUA

O juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, disse ontem (6), em uma palestra nos Estados Unidos, que as investigações que vêm sendo realizadas no Brasil contra a corrupção no meio político e empresarial possibilitarão o fortalecimento das instituições e reforçarão na sociedade a aversão contra o comportamento de pessoas públicas que descumprem a lei. Moro atribuiu os boatos espalhados na internet de que seria um agente da CIA (órgão de inteligência do gover-



no norte-americano) a uma "teoria da conspiração", que busca tirar do centro do debate político os efeitos positivos das investigações.

Em uma conferência na Universidade de Columbia, em Nova York, Moro fez uma análise de toda a trajetória da operação, desde o seu início, em 2014. A palestra de Moro teve um pequeno atraso de 12 minutos em razão de protestos de pessoas que levaram cartazes e gritaram palavras contra o comportamento do juiz na condução da Lava Jato. ■

Foz terá eleição em 2 de abril

O presidente do TRE-PR, Adalberto Jorge Xisto Pereira, confirmou que as novas eleições em Foz do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Pirai do Sul e Quatiguá será em 2 de abril. Pereira submeterá uma minuta de calendário na sessão do tribunal na sessão desta quarta-feira, 8, no tribunal. Há ainda outros 16 municípios paranaenses que podem ocorrer novas eleições, mas que dependem ainda da decisão final do TSE.

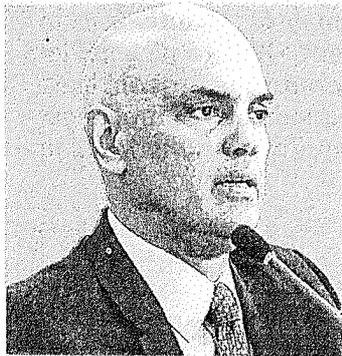
'Boa sorte para ele'

O juiz Sérgio Moro, responsável pela Lava-Jato, desejou nesta segunda-feira boa sorte ao ministro que vai ocupar a vaga deixada por Teori Zavascki, que morreu em acidente aéreo no mês passado. O responsável pelos processos da Lava-Jato na Justiça Federal do Paraná está em Nova York, onde fez uma palestra para alunos e professores da Columbia University e foi alvo de manifestantes que o acusavam de ser parcial em suas decisões.

07 FEV 2017

GAZETA DO POVO

Temer indica Alexandre de Moraes para a vaga de Teori



O presidente Michel Temer (PMDB) oficializou ontem a indicação do ministro da Justiça de seu governo, Alexandre de Moraes (foto), para a vaga deixada por Teori Zavascki no Supremo Tribunal Federal (STF). O nome de Moraes terá ainda de passar pelo Senado. Se aprovado, ele será o revisor dos processos da Lava Jato.

PAIXÃO



Temer oficializa indicação de Alexandre de Moraes para vaga de Teori no STF

Presidente volta atrás em decisão de escolher nome técnico e opta por indicar o ministro da Justiça, que tem perfil mais político e é filiado ao PSDB

| Da Redação, com agências

● O presidente Michel Temer (PMDB) oficializou a indicação do ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, de 49 anos, para o Supremo Tribunal Federal (STF) na vaga deixada por Teori Zavascki, morto em acidente aéreo no mês passado. “As sólidas características de Moraes o qualificam para a elevada função”, disse o porta-voz da Presidência, Alexandre Parola. Moraes é formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e iniciou a carreira como promotor de Justiça em 1991, aos 23 anos. Desde 2002, ocupou diversos cargos públicos em São Paulo.

Se confirmado pelo Senado (veja infográfico), Moraes será revisor dos processos da Operação Lava Jato que tramitam na Corte, que são relatados pelo ministro Edson Fachin. A escolha agrada muito ao PSDB, partido ao qual Moraes é filiado. Temer disse a interlocutores que a performance jurídica do ministro da Justiça não será questionada, pois sua obra de Direito Constitucional é respeitada — escreveu em 1997 o best-seller *Direito Constitucional*, que já está na 33.ª edição e cuja leitura é indicada em universidades.



Temer acredita que Alexandre de Moraes terá postura firme no STF.

Temer bateu o martelo ainda na noite de domingo, quando conversou com alguns interlocutores e ministros do STF. Na mesma noite, juristas que vinham sendo cotados para a vaga receberam sinalização do Planalto de que a escolha já estava feita.

Moraes constava na lista de possíveis escolhidos até a semana passada como um nome “frágil”, já que Temer sinalizava pela indicação de um perfil mais técnico do que político. Com isso, buscava minimizar eventuais críticas, da opinião pública. No entanto, segundo relatos de pessoas que estiveram com o presidente, essa tendência teria mudado por interferência do PSDB e de ministros do STF, como decano Celso de Mello.

Tese, Cunha e PCC

Quando apresentou sua tese de doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), em 2000, Moraes defendeu que quem exerce cargo de confiança no Poder Executivo — como é seu caso agora — não deveria ser indicado a um as-

sento no STF. Para ele, isso diminuiria a possibilidade da utilização dos cargos do tribunal como “instrumento de política partidária”. “De maneira a evitarem-se demonstrações de gratidão política ou compromissos que interfiram na independência de nossa Corte”, escreveu o atual ministro e, agora, indicado a uma vaga no STF.

Quando advogava, Moraes teve alguns clientes polêmicos. Em 2014, defendeu o ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), atualmente preso pela Lava Jato, em uma acusação de uso de documentos falsos. Conseguiu a absolvição do cliente no STF.

O escritório do ministro também fez a defesa de uma empresa acusada de lavar dinheiro para a facção criminosa PCC. A cooperativa de perueiros Transcooper, que atua em São Paulo, foi defendida por Moraes em 123 processos. A empresa era investigada por supostamente ser uma “lavanderia” do dinheiro obtido pelo PCC com o crime.

07 FEV 2017

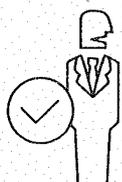
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O CAMINHO ATÉ O STF

O ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, foi o escolhido de Michel Temer para ocupar a vaga deixada na Suprema Corte pela morte de Teori Zavascki:

PRÉ-REQUISITOS



- Idade entre 35 e 65 anos
- Nacionalidade brasileira
- Notável saber jurídico
- Reputação ilibada

PROCESSO



Presidente

A indicação de ministros para o Supremo Tribunal Federal é uma prerrogativa do presidente da República.

Sabatina

O escolhido é sabatinado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Os senadores votam pela aprovação ou rejeição do nome.

Plenário

Se passar na CCJ, a indicação passa por votação no plenário do Senado. Se for novamente aprovado, o escolhido já pode tomar posse no STF.

SABATINA

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse que a votação em plenário da indicação deve acontecer, no mais tardar, em três semanas. Alexandre de Moraes precisa ser sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça antes de sua indicação ser votada pelo plenário. Eunício pretende instalar a comissão até amanhã, quando o presidente do colegiado já indicaria um relator para a avaliação de Moraes.

"BOA SORTE"

Em Nova York para uma palestra na Columbia University, o juiz federal Sergio Moro, que teve o nome lançado pela Associação dos Juizes Federais do Brasil para a vaga no STF, desejou "boa sorte" a Alexandre de Moraes, ao ser avisado sobre a decisão do presidente Michel Temer. "Estou longe do Brasil e não vi notícias sobre o Supremo. Se o presidente escolher o ministro da Justiça, boa sorte."

LICENÇA

O Ministério da Justiça informou, em nota, que o titular da pasta vai tirar licença de 30 dias do cargo. "A intenção é não misturar temas do Ministério com as questões relativas à indicação, pelo presidente Michel Temer, para o posto de ministro do STF", diz o texto. Quem assume é o secretário-executivo José Levi. Moraes terá ainda de se desfiliar do PSDB, pois a Constituição proíbe juizes de "exercer atividades político-partidárias".

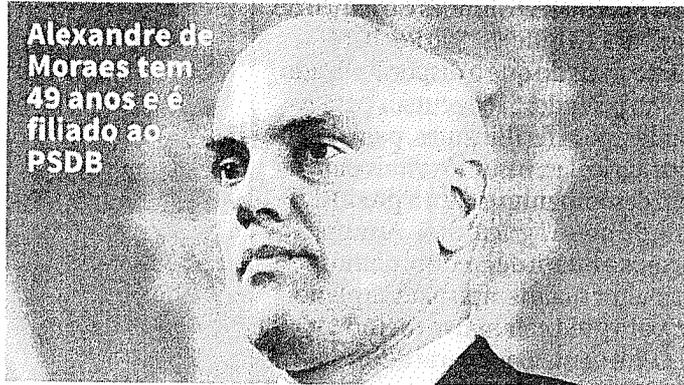
CONTINUA

07 FEV 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CURRICULO



Formação acadêmica

É formado em 1990 pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), onde também é professor associado desde 2002. Concluiu doutorado em Direito pela USP em 2000.

Experiência

Foi secretário de Segurança Pública, e da Justiça e da Defesa da Cidadania no governo de Geraldo Alckmin em São Paulo.

É autor do livro Direito Constitucional – considerado um best-seller do mundo jurídico, com mais de 500 mil cópias vendidas.



A CORTE

O STF é composto por 11 ministros, que ocupam o cargo até completar 75 anos de idade, quando devem se aposentar compulsoriamente.

O STF é a instância máxima do Poder Judiciário e sua função é garantir o cumprimento da Constituição Federal. É ainda a instância responsável pelo julgamento de ações de réus com foro privilegiado.

Fonte: STF e Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

07 FEV 2017

GAZETA DO POVO

Auxiliar de Fachin já atuou na LavaJato

Magistrado Ricardo Rachid atuava na Justiça Federal do Paraná até ser convocado pelo ministro Edson Fachin, em junho de 2015, e ir para o STF



“Hoje temos um sistema com penas leves para crimes graves e crimes não tão graves punidos com penas excessivas”

Ricardo Rachid, juiz federal.

Ricardo Rachid deve ser o braço direito do ministro nos processos relacionados à Lava Jato no STF.

Kelli Kadanus

● O juiz federal Ricardo Rachid, braço direito e auxiliar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, já atuou na Lava Jato em primeira instância durante o período de férias do juiz Sergio Moro, responsável pelo caso em Curitiba. Fachin, que assumiu a relatoria da Lava Jato no Supremo depois de um sorteio realizado na quinta-feira (2), convidou Rachid para ser juiz auxiliar de seu gabinete em junho de 2015, pouco depois de assumir a vaga.

Rachid é o principal auxiliar de Fachin no STF e deverá ser o braço direito do relator na condução dos processos relacionados à Lava Jato no STF. Apesar de ter se tornado o relator da Lava Jato, o ministro Fachin

não é especialista em direito penal — sua especialidade é em direito civil e de família. Rachid, por outro lado, é referência em direito penal — conhecimento que será necessário no decorrer dos processos da Lava Jato no Supremo.

O magistrado, inclusive, já atuou no caso em primeira instância quando em janeiro de 2015 mandou prender o ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró. Na época, Rachid atuava na Justiça Federal do Paraná, na 2.ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, julgando casos relacionados a crimes nas fronteiras. Durante o plantão judiciário, porém, expediu o mandado de prisão preventiva contra o ex-diretor.

“Deverá a Polícia Federal tomar as cautelas apropriadas para preservar a imagem do acusado preso, evitando qualquer exposição pública dele”, determinou o magistrado no despacho. “Não se tratando de acusado perigoso, em sentido físico, deve ser evitado o uso de algemas, salvo se verificada a sua necessidade para fins de garantia dos executores da prisão e condutores do preso. Observe que esta tem sido a praxe louvável da Polícia Federal, evitar a exposição pública, mas consignar o alerta apenas por cautela”, completou.

CONTINUA

07 FEV 2017

GAZETA DO POVO

CÓDIGO PENAL

CONTINUAÇÃO

Quem determinou a prisão, porém, foi o juiz Marcos Josegri da Silva, também durante o plantão judiciário. Moro só voltou a atuar na Lava Jato naquele ano depois do período de férias. Cerveró foi preso no dia 13 de janeiro ao desembarcar no Rio de Janeiro de uma viagem de férias para Londres.

Em 2013, durante o seminário Inovações e Desafios da Nova Lei sobre Crimes de Lavagem de Dinheiro, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Rachid afirmou que o sistema penal brasileiro "é um sistema falido" e o Código Penal, de 1940, "é uma colcha de retalhos". "Hoje temos um sistema com penas leves para crimes graves e crimes não tão graves punidos com penas excessivas", disse. Ele também comentou o tratamento dado a crimes de lavagem de dinheiro — comuns na Lava Jato. Para Rachid, o delito não existe sem crime precedente, que gerou a riqueza que precisa ser legalizada. Para ele, a legislação está retroagindo em detrimento dos direitos individuais, o que, aparentemente, é inconstitucional.

AFASTAMENTO

Em 2007, Rachid foi um dos responsáveis pelo afastamento do desembargador Dirceu de Almeida Soares, que atuava no TRF4. Soares foi denunciado por formação de quadrilha, estelionato qualificado e advocacia administrativa. Ele era o presidente da 2ª Turma do TRF4. Rachid, na época, contou que recebeu um recado do desembargador para que "não decidisse um determinado processo sem falar com ele". Depois, o desembargador ligou, pedindo-lhe para receber um advogado: "é muito amigo meu, atenda".

07 FEV 2017

GAZETA DO POVO

● DIREITO ELEITORAL

Em Curitiba, Toffoli critica falta de projeto de nação para 2018

Kelli Kadanus

● De passagem por Curitiba, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli criticou ontem a ausência de um projeto de nação para o país. “Vamos pensar em 2018. Quem é que tem um projeto de nação para 2018 no Brasil?”, questionou o ministro. Para ele, não é só uma discussão de âmbito nacional que efetivamente projete a nação que nos falta: é preciso que as elites pensem no Brasil como um todo e “não a partir única e exclusivamente dos interesses locais e regionais, mas um projeto maior para o país.”

O ministro participou do seminário Eleições e Democracia, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Curitiba. Ele criticou a falta de ideologia nacional dos partidos políticos do Brasil e também defendeu a diminuição no número de partidos políticos com representação no Congresso Nacional.

Durante a palestra, que durou cerca de 40 minutos, o ministro afirmou que a falta de projetos nacionais nos partidos políticos é reflexo da falta de uma elite nacional no Brasil. “Os partidos políticos têm que ter o caráter nacional. Qual é a dificuldade de nós termos partidos políticos

TSE

Dias Toffoli foi ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até 2016. O ministro foi presidente do TSE durante o período de eleições majoritárias, em 2014, ano em que a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) foi reeleita para o mandato presidencial.

realmente de âmbito nacional, com ideologia nacional, um pensamento de projeto de nação? É porque nós não temos uma elite nacional no país”, defendeu Toffoli.

Excesso de partidos

Toffoli também defendeu a diminuição do número de partidos políticos com representação no Congresso Nacional. Para ele, o ideal seria que a Câmara tivesse entre sete e 10 partidos políticos representados. Como alternativa para a diminuição, o ministro sugeriu o fim das coligações — o que, segundo ele, incentivaria a fusão dos partidos.



Ministro do STF participou do seminário Eleições e Democracia, realizado ontem pela OAB em Curitiba.

07 FEV 2017

GAZETA DO POVO

Governo Richa pagou R\$ 870 mil por horas de voo em que helicóptero não saiu do chão

Contrato com a empresa Helisul obriga governo a pagar mínimo mensal de 40 horas mesmo que o limite não seja atingido. Tribunal de Contas pede revisão do contrato

Euclides Lucas Garcia

● O governo Beto Richa (PSDB) pagou R\$ 870 mil à Helisul em 2014 por horas de voo que não foram realizadas. Graças a uma cláusula no contrato, o Executivo é obrigado a pagar à empresa o mínimo mensal de 40 horas de voo, ainda que esse limite não seja atingido.

Para o Tribunal de Contas do Estado (TC), porém, não há justificativas plausíveis para tal gasto, que não atende aos princípios da racionalização e da eficiência da administração pública. Por isso, os conselheiros da Corte, por unanimidade, determinaram à Casa Militar do governo estadual que realize “estudos técnico-científicos e multidisciplinares aprofundados” para revisão do contrato.

Em vigor desde abril de 2013, o acordo com a Helisul prevê o aluguel de um helicóptero para o transporte de Richa nas atividades oficiais como chefe do Executivo estadual. Desde então, o contrato traz a cláusula que assegura o pagamento mínimo de 40 horas de voo por mês, mesmo que o período realmente voado for inferior a esse tempo.

Por isso, já em relação às contas de 2013 da Casa Militar, o TC havia apontado “gastos excessivos” com a locação da aeronave, recomendando a racionalização das despesas. Em 2014, porém, o contrato foi prorrogado na íntegra.

Dessa forma, apesar de ter voado em 2014 tempo suficiente para pagar à Helisul R\$ 2.518.535, Richa desembolsou R\$ 3.387.885. Naquele ano, somente nos meses de junho e novembro o tucano voou além das 40 horas, o que resultou em um gasto somado de R\$ 637.885. Já em fevereiro, por exemplo, apesar de ter voado o correspondente a R\$ 86.281, o governador repassou à Helisul R\$ 275 mil — diferença de R\$ 188.719.

No acórdão, o TC destaca que a quantia desembolsada pelo tempo ocioso do helicóptero da Helisul equivale a 25,66% — mais de um quarto — do gasto total com esse contrato em 2014. É como se o aluguel da aeronave tivesse sido pago durante os 364 dias daquele ano, apesar de o serviço não ter sido utilizado em 93 dias — quase três meses.

Além de apontar a necessidade de revisão do contrato, o tribunal afirma que o helicóptero poderia ser usado em outras atividades em prol do interesse público, enquanto permanece à disposição do Estado. Também argumenta que não há estudos que indiquem que a exclusividade da aeronave prevista em contrato seja a alternativa mais viável, se comparada “com a aquisição e manutenção de um helicóptero, indicando consequências aos cofres a curto, médio e/ou longo prazo”.

Voo com o governador Beto Richa em 2014: contrato foi prorrogado apesar de ressalva do TC sobre “gastos excessivos” com locação em 2013.

CONTINUA

07 FEV 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Governo se nega a informar nomes de passageiros

● Outra falha apontada pelo TC diz respeito à falta de transparência sobre a divulgação da motivação dos voos bem como a indicação dos passageiros. Para o tribunal, sem essas informações não há como garantir a legalidade das despesas. Além disso, “impede-se que a população tenha acesso às informações no tocante à utilização dos recursos públicos”.

Em resposta ao tribunal, o Secretário Chefe da Casa Militar, Adilson Casitas, afirmou que os voos do governador são realizados no interesse da administração pública e têm suas despesas à disposição da Corte. Mas disse que os dados “são classificados como ‘reservados’, uma vez que a divulgação das informações, se propagadas de modo indevido, podem comprometer os procedimentos técnicos de segurança

e de proteção pessoal das autoridades governamentais”.

“Cumpre destacar que eventual sigilo de tais informações deve se limitar ao momento em que são realizados os voos, o que, porém, não afasta a necessidade de registro dos dados e muito menos seu posterior fornecimento aos órgãos estatais de controle (...) para a devida fiscalização sobre o escorrido uso/dispêndio dos recursos públicos”, rebate o TC. Os conselheiros determinaram que a Casa Militar disponibilize todos os dados.

Em setembro de 2013, a **Gazeta do Povo** pediu ao governo todos os dados das viagens de avião e helicóptero feitos pelo Executivo desde janeiro de 2011: custos, motivo e plano de cada voo, passageiros e os nomes de quem solicitou e autorizou os voos. A resposta, porém, excluiu as viagens do governador e do então vice, Flávio Arns, também por questões de segurança. Os recursos da reportagem para ter acesso aos dados foram negados.

OUTRO LADO

Contratação de horas mínimas de voo é praxe, diz secretário chefe da Casa Militar

● Ao TC, o secretário chefe da Casa Militar, Adilson Casitas, defendeu que a fixação de um número mínimo de horas de voo para uso exclusivo de aeronaves é praxe nas empresas de transporte aéreo. Do contrário, segundo ele, não haveria interessados em participar da licitação ou o contrato — se já firmado — seria rescindido em caso de alterações, impedindo que o governador chegasse a “regiões do estado destituídas de aeródromo ou de difícil acesso”.

Renegociação

Casitas ainda disse ter designado militares para integrar uma comissão estadual, em 2015, cujo objetivo era reavaliar e renegociar os contratos do governo. Apesar dos esforços realizados, porém, os resultados foram “infrutíferos, uma vez que a contratação de horas mínimas consiste em prática costumeira desse nicho comercial”. Para o tribunal, entretanto, apenas a indicação de membros para compor essa comissão não foi suficiente, uma vez que, sem que qualquer medida tenha sido tomada, o contrato de 2013 foi prorrogado sem alterações no ano seguinte. **(ELG)**

TJ padroniza seleção para estágio; inscrições para as vagas são feitas pelo site

**Até o fim do ano, seleção era feita por cada desembargador.
Confira o que mudou**

Quem tem interesse em estagiar no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) não precisa mais ir atrás de cada gabinete para descobrir vagas. Desde o final do ano passado, o órgão padronizou a seleção. Todos os editais, de todo o Estado, estão disponíveis na página do Tribunal e os candidatos deverão passar por uma prova, que compreende uma prova escrita (objetiva e/ou discursiva) e uma entrevista.

Cada edital sai, obedecendo ao decreto Judiciário n.º 1162/201 – que regula a seleção de estagiários do TJ-PR, no mínimo dez dias antes da prova.

Para conferir as vagas disponíveis e fazer a inscrição basta entrar no campo Concursos e Estágios do site. As vagas estão separadas por cidade, área e nível de escolaridade: ensino médio, graduação e pós-graduação.

O valor da bolsa-auxílio mensal é de R\$ 845,24 para ensino médio e técnico, R\$ 1.050,84 para graduação e R\$ 2.132,14 para pós.

07 FEV 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

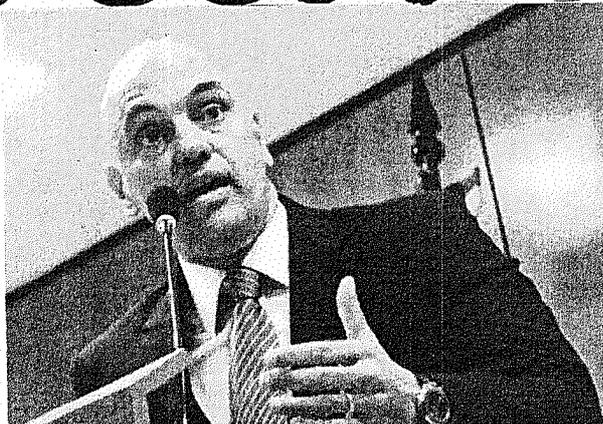
PRO SUPREMO

Alexandre de Moraes é o escolhido pra ocupar a cadeira que era de Teori

Estadão Conteúdo

Após o presidente Michel Temer indicar o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, para a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) que era do ministro Teori Zavascki, morto em acidente aéreo no mês passado, é a vez do Senado de referendar a indicação, anunciada ontem. De acordo com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), a votação em plenário da indicação de Moraes deve acontecer, no mais tardar, em três semanas.

O candidato à minis-



Moraes será sabatinado pelo Senado pra assumir o cargo.

tro do Supremo precisa ser sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de sua indicação ser votada pelo plenário. Eunício pretende instalar a comissão até amanhã, quando o presidente do colegiado já indicaria um relator para a avaliação de Alexandre de Moraes.

PARTIDO

Alexandre de Moraes continuava, até ontem,

filiado ao PSDB paulista. Moraes tem até o dia da nomeação, caso sua indicação seja aprovada no Senado, para se desvincular do partido ao qual é filiado desde 2015. A desfiliação é exigência para que ele tome posse como ministro, pois a Constituição proíbe juízes de “exercer atividades político-partidárias”. “Ele ainda precisa ser sabatinado no Senado, que pode aprovar ou não a indicação. Acho

muito cedo”, disse o presidente estadual do PSDB-SP, Pedro Tobias.

LAVA JATO

Se tiver aprovada no Senado a nomeação como novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, será o revisor dos processos relacionados à Operação Lava Jato no plenário da Corte. Como tal, terá o papel de revisar as ações penais que forem julgadas no pleno - que são, especificamente, aquelas envolvendo presidentes da República, do Senado ou da Câmara. Alexandre de Moraes foi indicado para o Supremo pela presidência da República ontem. “As sólidas credenciais acadêmicas e profissionais do doutor Alexandre de Moraes o qualificam para o cargo de ministro da Suprema Corte do Brasil”, disse o porta-voz do governo federal, Alexandre Parola, ao fazer o anúncio.

Já defendeu gente ligada ao PCC

Indicado pelo presidente Michel Temer para a vaga que era do ministro Teori Zavascki no Supremo Tribunal Federal (STF), o atual ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, teve como clientes de seu escritório de advocacia alguns clientes “polêmicos”. Em 2014, defendeu o ex-deputado federal

Eduardo Cunha (PMDB-RJ), atualmente preso pela Lava Jato. Seu escritório também fez a defesa de uma empresa acusada de lavar dinheiro para a facção criminosa PCC. Reportagem de 2015 do jornal *O Estado de S. Paulo* mostrou que Alexandre de Moraes defendeu em 123 processos a cooperativa

de perueiros Transcooper, que atua em São Paulo. A empresa era investigada por supostamente ser uma “lavanderia” do dinheiro obtido pelo PCC com o crime. Naquela ocasião, Alexandre de Moraes, que era secretário de Segurança de São Paulo, informou ter renunciado “a todos os processos que atuava

como um dos sócios do escritório de advocacia” após assumir o cargo no governo paulista. Também disse que estava de licença da OAB.

Em 2014, ele defendeu o então deputado numa acusação de uso de documentos falsos. Conseguiu a absolvição do cliente no STF. (*Gazeta do Povo*)

07 FEV 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

MANOBRAS

A Procuradoria-Geral da República pediu ao STF a abertura de inquérito contra os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Romero Jucá (PMDB-RR), o ex-presidente José Sarney e o ex-diretor da Transpetro Sérgio Machado para apurar supostas manobras para interferir nas investigações da Lava Jato. Renan, por meio de sua assessoria, afirmou que não fez nenhum ato para embaraçar ou dificultar qualquer investigação. Responsável pela defesa de Sarney e Jucá, o criminalista Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, disse que o pedido de abertura de inquérito é "uma resposta que o MPF precisa dar porque à época fez de maneira açodada o pedido de prisão" contra Sarney, Jucá e Renan. A defesa de Machado não se manifestou.

CONSPIRAÇÃO...

O juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, disse ontem, em uma palestra nos Estados Unidos, que as investigações que vêm sendo realizadas no Brasil contra a corrupção no meio político e empresarial possibilitarão o fortalecimento das instituições e reforçarão na sociedade a aversão contra o comportamento de pessoas públicas que descumprem a lei. Moro atribuiu os boatos espalhados na internet de que seria um agente da CIA (órgão de inteligência do governo norte-americano) a uma "teoria da conspiração", que busca tirar do centro do debate político os efeitos positivos.

INVERSÃO

O coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato no Ministério Público Federal, procurador Deltan Dallagnol, afirmou em texto publicado nas redes sociais que o novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) a ser indicado pelo presidente Michel Temer (PMDB) pode inverter o placar do julgamento que analisa se réus em processos criminais podem ser presos após condenação em segunda instância. Nesse sentido, a escolha do novo ministro terá "orte impacto" na Lava Jato e nas demais investigações sobre corrupção, disse o procurador.

BEMPARANÁ 07 FEV 2017

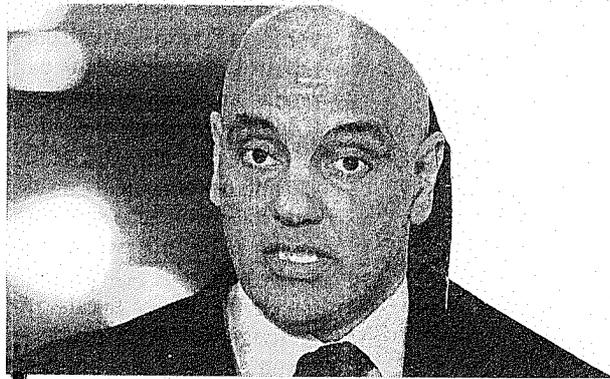
Temer indica ministro da Justiça para o STF

Alexandre de Moraes vai substituir Teori Zavascki, morto em acidente aéreo

O presidente Michel Temer (PMDB) decidiu indicar o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes (PSDB-SP), para ocupar a vaga no STF (Supremo Tribunal Federal) deixada pelo ministro Teori Zavascki, morto no dia 19 de janeiro em um acidente aéreo. A indicação do Planalto foi confirmada na tarde de ontem pelo porta-voz da Presidência, Alexandre Parola, e precisa agora receber o aval do Senado.

Antes de a indicação ser confirmada, o ministro alterou sua agenda para se reunir na manhã de ontem com Temer no Palácio do Planalto. "As sólidas credenciais acadêmicas e profissionais o qualificam para as elevadas responsabilidades do cargo de ministro da Suprema Corte", diz nota oficial do Planalto lida por Parola em breve comunicado.

Se for confirmado para a cadeira de Teori após sabatina no Senado, Moraes será o revisor dos processos da Operação Lava Jato no plenário do STF. Cabe ao revisor ler o voto do relator, Edson Fachin, antes de liberar o processo para julgamento, podendo sugerir alterações ao relatório.



Moraes: ministro pode ser revisor da Lava Jato

No entanto, Moraes poderá atuar em casos da Lava Jato apenas se as ações envolverem o presidente da Câmara ou do Senado, pois somente nesses casos as ações são julgadas pelo plenário do STF, composto pelos 11 ministros.

Nas demais ações, o julgamento cabe aos cinco ministros da 2ª Turma do Supremo. Nos dois casos, o relator dos processos da Lava Jato será o ministro Edson Fachin. Na 2ª Turma, o revisor da Lava Jato é o ministro Celso de Mello.

Carreira - Alexandre de Moraes publicou diversos livros sobre Direito Constitucional e fez carreira como advogado e promotor de Justiça. Ele

possui doutorado em Direito do Estado e título de livre-docência em Direito Constitucional pela USP (Universidade de São Paulo). Filiado ao PSDB, ele também ocupou cargos públicos no governo e na Prefeitura de São Paulo.

Antes de ser nomeado para o Ministério da Justiça, ele foi Secretário de Segurança Pública do governo de Geraldo Alckmin, em São Paulo. Na prefeitura paulistana, na gestão Gilberto Kassab, Moraes acumulou os cargos de secretário municipal dos Transportes e de Serviços. O ministro também foi conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 2005 a 2007.

07 FEV 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Sérgio Moro fala dos benefícios da Lava Jato nos EUA

O juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, disse ontem, em uma palestra nos Estados Unidos, que as investigações que vêm sendo realizadas no Brasil contra a corrupção no meio político e empresarial possibilitarão o fortalecimento das instituições e reforçarão na sociedade a aversão contra o comportamento de pessoas públicas que descumprem a lei. Moro atribuiu os boatos espalhados na internet de que seria um agente da CIA (órgão de inteligência do governo norte-americano) a uma "teoria da conspiração", que busca tirar do centro do debate político os efeitos positivos das investigações.

Moro fez uma análise de toda a trajetória da operação, desde o seu início, em uma conferência na Universidade de Columbia, em Nova York. A palestra de Moro teve um pequeno atraso de 12 minutos em razão de protestos de pessoas que levaram cartazes e gritaram palavras contra o seu comportamento na condução da Lava Jato. Para os manifestantes, Moro tem atuado sem a imparcialidade que se exige dos juízes. O seminário é promovido pela Universidade de Columbia e pela New School for Social Research. Hoje, no mesmo evento, haverá uma palestra da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia.

BEMPARANÁ

Mello relata ação sobre Moreira Franco

Caberá ao ministro Celso de Mello, o decano do Supremo Tribunal Federal, responder ao pedido da Rede Sustentabilidade pela suspensão da nomeação de Moreira Franco ao cargo de ministro da Secretaria-Geral da Presidência. O posto foi recriado pelo presidente Michel Temer (PMDB) por meio de Medida Provisória. O mandado de segurança é assinado pelo juiz Márlon Reis, idealizador do projeto de Lei da Ficha Limpa, e pelo advogado Rafael Martins Estorilo.

A Rede pede que "seja deferido pedido de liminar no sentido de sustar os efeitos do ato de nomeação e posse do Ministro Moreira Franco para o recém-criado cargo de 'Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República', até decisão final de mérito".

O pedido também mira o presidente Michel Temer ao pedir que ele preste informações à Justiça sobre a nomeação do ministro, citado 34 vezes da delação da Odebrecht.

BEMPARANÁ

07 FEV 2017

Decisão do Tribunal de Justiça válida critério para distribuição de aulas

Decisão do desembargador Abraham Lincoln Calixto, do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, restabeleceu nesta segunda-feira, 6, os efeitos da Resolução 113/2017, que trata da distribuição de aulas no Estado para este ano letivo. O desembargador deferiu o pedido feito pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) de efeito suspensivo ao recurso anteriormente obtido pelo sindicato dos professores em relação à resolução.

Conforme a decisão, estão valendo os critérios da nova resolução para o professor da rede pública estadual pegar aulas extraordinárias. Antes, o professor tinha vantagem conforme o status na carreira. A partir de agora, com a resolução 113, a preferência é pelo professor que ficou mais tempo em sala de aula, ou seja, tirou menos licenças.

“Não é que o professor que tirou licença não poderá pegar aula extraordinária. Apenas o critério da classificação para atribuição dessas aulas agora é diferente, priorizando quem ficou mais em sala”, explicou a chefe do Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS) da Secretaria da Educação, Grazielle Andriola.

Em seu despacho, o desembargador aponta que “a tese do agravado (...) é no sentido de que o desconto dos

CONTINUA

CONTINUAÇÃO BEMPARANÁ 07 FEV 2017

afastamentos de qualquer natureza para fins de cálculo do percentual de dias de efetivo exercício contraria o Estatuto dos Servidores que os considera como efetivo exercício”.

Na sequência, continua: “ocorre que, a despeito da tese defendida pelo recorrido, é certo que o Estado do Paraná bem expôs a questão explicando que o critério adotado pela Secretaria de Educação, por meio da Resolução n.º 113/17, foi de que “as aulas extraordinárias serão distribuídas aos professores que passaram mais tempo em contato com os estudantes durante o ano letivo”, com o intuito de privilegiar a aprendizagem e o interesse dos alunos e não dos professores”, argumenta o magistrado em trecho da decisão.

“Portanto, tendo em vista o especialíssimo direito defendido pelo agravante – Educação – tenho como plenamente justificável a manutenção dos critérios estabelecidos na Resolução 113/17 para fins de atribuição das aulas extraordinárias, decorrendo daí a probabilidade de provimento do recurso. O risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação também resta evidenciado, pois o recorrente noticiou que a classificação dos professores para atribuição das aulas extraordinárias ocorrerá já nos próximos dias (07 a 12 de fevereiro)”, completa o desembargador, na decisão.

“Quando assinei a resolução tínhamos orientações da Procuradoria Geral do Estado e das demais secretarias envolvidas. Entendo que existe legalidade, pois o documento foi elaborado com amparo legal e é coerente com o momento atual”, disse a secretária de Estado da Educação, professora Ana Seres.